

O fio do novelo: o processo de escolarização de crianças negras em Vassouras, 1889-1930

ALEXANDRE RIBEIRO NETO

Doutorando em Educação pela UERJ. e-mail: alexandreriibeironeto@bol.com.br

Resumo: O presente texto apresenta os resultados parciais da Tese de Doutorado em Educação desenvolvida no PROPEd – Programa de Pós-Graduação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Nele pretendemos discutir a partir dos pedidos de soldada e do recenseamento de 1872, o processo de escolarização de crianças negras em Vassouras, cidade do interior do Estado do Rio de Janeiro, na qual a produção de café floresceu com o auxílio do trabalho escravo. Os estudos sobre a escravidão nessa região apresentam uma produção considerável. Entretanto, ainda não temos trabalhos que se dediquem aos estudos sobre a criança filha de mãe escrava. Nosso texto pretende apontar caminhos nessa direção, iluminando com novos olhares o passado.

Palavras-Chaves: processo de escolarização, crianças negras, Vassouras.

Abstract: This text presents partial results of the thesis in Education developed in PROPEd – the post-graduate program at Universidade do Estado do Rio de Janeiro. In it we discuss, considering the “welded applications” and the Census of 1872, the process of education of black children in Vassouras, city of the State of Rio de Janeiro, in which the production of coffee has bloomed with the help of slave labor. Studies on slavery in this region have a considerable production. However, we still do not have works that involve the children of slave mothers. Our text intends to point paths in that direction, lighting the past with new looks.

Keywords: process of schooling, black kids, Vassouras.

Introdução

Vassouras se esconde atrás do vale lentamente escavado nas rochas pelo rio Paraíba do Sul. Do alto das montanhas, podemos avistar uma clareira; nela encontramos ruas estreitas, gente de cor carregando, nos ombros, de um lado a outro a produção do dia. Eles cantam uma velha cantiga, que enche o ar de saudade. Seriam recordações da África?

Aos poucos a lua vai ocupando o seu lugar, iluminando a noite, e indicando aos corpos cansados o fim da dura lida. A tarefa agora é buscar um lugar para descansar. Nasce um novo dia, os trabalhadores se levantam bem cedo, com o cantar do galo. Novamente recomeça o trabalho: essa dura rotina é conhecida dessa gente de cor, desde pequenina. É preciso arar a terra, lançar as sementes, podar os velhos cafezais.

Com a produção de café, a cidade de Vassouras cresceu. Antes, uma pequena vila, agora um centro econômico importante, atraindo aqueles que não se enriqueceram nas Minas Gerais. O ouro agora é verde, ele brota do trabalho das mãos negras e pardas, presentes nas lavouras. Com a riqueza do café foram construídos grandes casarões, ocupados por famílias distintas, que ostentavam brasões e títulos de nobreza. Ter-

ra dos Teixeira Leite, dos Rocha Werneck, dos Ribeiro de Avellar, e também de Manoel Congo, que liderou uma revolta escrava em 1838¹, denunciando os sons que se ouviam: não eram somente dos cantos dos pássaros, era o som da pedagogia do açoite, na rudeza da lida, mostrando a força de quem manda como a melhor maneira de educar aqueles que se negavam a trabalhar.

Neste trabalho, tencionamos discutir o processo de escolarização de crianças negras em Vassouras, utilizando como marco cronológico inicial o ano de 1889, para compreender como a sociedade se reorganizou após a abolição do trabalho escravo. Apoiados em Norbert Elias, levantamos a hipótese: educar as crianças negras para o trabalho era uma das faces do processo civilizador republicano.

Uma clareira entre as montanhas: a fundação da cidade de Vassouras

Para conhecer a fundação da cidade e sua evolução urbana, mobilizamos um conjunto de dois historiadores. São eles: Ângelo Ferreira Monteiro e Lielza Lemos Machado. Monteiro nos diz:

Para nos ajudar na análise da vila de Vassouras, utilizaremos obras de cronistas e viajantes do século XIX, memorialistas e historiadores do século XX. Entretanto, não podemos deixar de lado uma pequena descrição sobre a Vila de Pati do Alferes, pois Vassouras ainda era um povoado e sua elevação à vila só aconteceu após treze anos da criação, em 4 de Outubro de 1820, da Vila de Pati do Alferes (MONTEIRO, 2007, p. 17).

Machado acrescenta informações importantes, sobre a origem do nome da cidade:

Segundo antigos pesquisadores da origem do nome da cidade, foi ele motivado por arbusto muito utilizado no Brasil para confecção de vassouras e que abundava na região que pouco a pouco foi sendo povoada [...] A quantidade desses arbustos na sesmaria Vassouras-Rio Bonito concedida a Francisco Rodrigues Alves em 6/10/1782, impressionou o nosso primeiro desbravador, por isto, omitindo o nome Rio Bonito, passou a chamá-la apenas Vassouras (MACHADO, 2006, p. 17).

Mais uma vez, recorremos a Monteiro, para compreender a organização urbana da cidade.

A Vila de Vassoura congregava três freguesias, a de Nossa Senhora da Conceição de Vassouras, Nossa Senhora da Conceição de Paty do Alferes e Sacra Família do Tinguá, com uma população total de 28.638 habitantes, sendo que 67% da população era escrava [...]. Utilizando apenas como comparação o Censo de 1872 e por não termos um censo anterior, referente ao período do nosso estudo, verificamos que a Vila de Vassouras

¹ Ver Machado, 2006, e ainda STEIN, 1990.

creceu geograficamente, passando a administrar mais duas freguesias: as de São Sebastião dos Ferreiros [...] e de Santa Cruz dos Mendes (MONTEIRO, 2007, p. 44-46).

Tanto Monteiro como Machado apresentam em seus textos o tamanho da população de Vassouras, dando destaque para o número de escravos presentes no interior da mesma. O que propusemos foi relacionar essa cidade com as demais, permitindo assim uma visualização mais geral da população escrava da região. Numa primeira análise da tabela, percebemos que o maior número de escravos não se encontra em Vassouras e, sim, na cidade de Valença. Ela possui o segundo maior contingente, seguida de Paraíba do Sul, que possuía 17.107 escravos.

Para conhecer o tamanho da população escrava da cidade, utilizamos como fonte o censo demográfico de 1872, com o intuito de não mostrar os dados isoladamente. Elaboramos um quadro que situa a cidade dentro da região, permitindo assim comparações. Vejamos o quadro abaixo:

Tabela 1. POPULAÇÃO ESCRAVA SEGUNDO O CENSO DE 1872

CIDADES	HOMENS	MULHERES	TOTAL
Paraíba do Sul (Formado por 5 freguesias)	9831	7326	17107
Vassouras (Formada por 5 freguesias)	11504	8664	20168
Valença (Formada por 5 freguesias)	12937	15559	28496
Pirai (Formada por 4 freguesias)	8128	5347	13475
Barra Mansa (Formada por 5 freguesias)	6329	4615	10944

Fonte: IBGE, recenseamento de 1872.

A formação da região centro-sul fluminense, entre outros fatores, se deu a partir de dois grandes centros populacionais: Vassouras e Paraíba do Sul. A partir da fratura do território de Vassouras se originaram as cidades de Miguel Pereira em 1955, Engenheiro Paulo de Frontin, em 1963, e Paty de Alferes, em 1987. Da fratura do território de Paraíba do Sul, nasceu a cidade de Três Rios, em 1938. Da divisão do território de Três Rios surgiram duas novas cidades: Comendador Levy Gasparian, em 1991, e Areal, em 1992.

A região apresenta um número desproporcional de homens e mulheres. Há maior quantidade de homens, fruto do tráfico de escravos, que privilegiava a comercialização de homens (ver FLORENTINO, 1997). A região segue os padrões apontados por outros historiadores que se dedicam ao estudo da escravidão. Contudo nos interessa saber, desse número quantos sabiam ler e escrever, o que representava um nível rudimentar de escolarização. Assim convidamos para análise dos dados da próxima tabela.

Tabela 2. Grau de Instrução da População Escrava

CIDADES	HOMENS		MULHERES	
	Sabem ler e escrever	Analfabetos	Sabem ler e escrever	Analfabetos
Paraíba do Sul	21	9810	7	17100
Vassouras	1	11503	2	8862
Valença	1	15558	0	2846

Fonte: IBGE, Recenseamento de 1872.

A tabela apresentada anteriormente sinaliza para a existência de uma grande quantidade de analfabetos. Entre os homens, a cidade de Paraíba do Sul possui o maior número de negros alfabetizados. Quando olhamos no gráfico a coluna destinada às mulheres, percebemos que poucos sabiam ler e escrever. Segundo o Censo de 1872, a cidade de Valença com 24.846 habitantes, não possuía nenhuma mulher negra que soubesse ler e escrever. Em Vassouras havia duas mulheres e, mais uma vez, a cidade de Paraíba do Sul apresenta o maior número de indivíduos alfabetizados. O que teria ocasionado um número tão grande de analfabetos entre os negros? Ausência de escolas?

As escolas não são implantadas no vazio, elas são implantadas nas cidades, e dentro das cidades em determinadas localidades, partindo-se da densidade populacional: se há uma grande concentração de pessoas, isso justifica a abertura de uma escola. Caso contrário, as crianças seriam obrigadas a percorrer uma longa distância.

Um grande obstáculo ao processo educacional na vila era a distância em que se encontravam as casas, dificultando o acesso das crianças, pois tinham que caminhar durante horas para chegar à escola. No ano seguinte a Câmara pediu ao Presidente da Província providências relativas ao ensino, ou seja, a abertura de outras escolas na Vila de Vassouras (MONTEIRO, 2002, p. 68).

A carência de escolas não pode ser atribuída apenas à vila de Vassouras. Faria Filho e Vidal, ao analisarem as comemorações dos cem anos da Lei Geral do Ensino de 1827, em Minas e em São Paulo, também pontuam a existência de um número diminuído de escolas, e a precariedade no funcionamento das mesmas.

Em que espaços funcionavam? *Grosso modo* pode-se dizer que tais escolas utilizavam-se de espaços cedidos e organizados pelos pais das crianças e dos jovens aos quais os professores deveriam ensinar. Não raramente, ao lado dos filhos dos contratantes vamos encontrar seus vizinhos e parentes. O pagamento do professor era responsabilidade do chefe da família que o contratava, geralmente, um fazendeiro (FARIA FILHO e VIDAL, 2005, p. 46).

Silva retirou os escombros que encobriam a escola do professor Prextato dos Passos e Silva, que por meio de requerimentos à Inspetoria Geral da Instrução Pública

da Corte, pretendia abrir uma instituição para ensinar os meninos de cor, em 1856. Recorremos à autora para destacar o que se podia fazer, quando se sabia ler e escrever no Império. Ouçamos a autora:

Aprender a ler e escrever, enfim, podia permitir aos escravos africanos e crioulos (escravos brasileiros) passarem como libertos ou exercerem ofícios que os aproximassem da experiência da liberdade. Some-se a estas possibilidades, ainda uma outra: a possibilidade de travar contato com as letras dos homens de cor que, a partir de 1830, na Corte criaram jornais específicos nos quais discutiam questões referentes à raça, identidade e mobilidade social em meio àquele segmento (SILVA, 2000, p. 112).

Saviani apresenta a influência do pensamento iluminista no pensamento educacional brasileiro, no período imperial, demonstrando também a proibição dos negros de frequentar a escola formal, a partir da Reforma Couto Ferraz de 1854, que reformou o a Instrução Primária e Secundária na Corte.

Do ângulo das finalidades da escola, absorvia a noção iluminista do derramamento das luzes por todos os habitantes do país, o que trazia como corolário: obrigatoriedade aos “pais, tutores, curadores ou protetores que tiverem em sua companhia meninos maiores de 7 anos” de garantirem “o ensino pelo menos de primeiro grau” (artigo 64), implicando, por conseqüência, a obrigatoriedade, para as crianças, de frequentar às escolas. Mas, se as ditas luzes deveriam derramar-se a *todos* os habitantes, deve-se entender que se restringia a todos os habitantes “livres”, pois os escravos estavam explicitamente excluídos, já que, nomeados no parágrafo 3 do artigo 69, estavam entre aqueles que “não serão admitidos á matrícula, nem poderão freqüentar as escolas (SAVIANI, 2007, p. 132).

Fonseca, em seu livro *A educação dos negros: uma nova face do processo de abolição da escravidão no Brasil*, fornece pistas importantes das lutas em torno da escolarização dos negros e da sua incorporação na sociedade, ao analisar a Lei do Ventre Livre de 1871:

Essa lei tinha no total, dez artigos que se referiam a várias dimensões relativas à organização do trabalho escravo no Brasil, estabelecendo novos parâmetros para a escravidão e objetivando tratar de forma indireta a questão do elemento servil. [...] O artigo segundo instituía que o governo poderia entregar a associações por ele autorizadas os filhos das escravas nascidos após a data de aprovação da lei e que fossem cedidos ou abandonados pelos senhores, ou, ainda, tirados destes em virtudes de maus-tratos. Essas associações teriam o direito a serviços gratuitos dos menores até a idade de 21 anos, podendo, inclusive, alugar seus serviços; em contrapartida, eram obrigadas a criar e educar os menores, a constituir um pecúlio e procurar, após o fim do tempo de serviço, uma colocação para os egressos (FONSECA, 2002, p. 30).

Estabelecemos como balizas cronológicas os anos finais do Império e caminhamos até o final da Primeira República, para perceber as mudanças ocorridas dentro do processo, o que outros estudiosos não perceberam, devido ao corte temporal de seus trabalhos, pois ora privilegiaram o período imperial ora o período republicano.

Outro fator relevante é que alguns estudos priorizaram o Rio de Janeiro, tanto

pela sua importância, como também pela abundância das fontes. Inspirados no Movimento dos Annales, nosso trabalho tem um corte regional, ao escolher a cidade de Vassouras, como locus do processo de escolarização de crianças negras, contribuindo para o preenchimento de lacunas na História da Educação.

Góes e Florentino, ao analisar a trajetória das crianças escravas, destacaram a perda dos pais e a formação de laços de solidariedade, que permitiam a sobrevivência na ausência dos responsáveis, salientando a vulnerabilidade da família escrava.

O menino crioulo sobrevivendo não ficava só. A consolá-lo, existia uma rede de relações sociais escravas, em especial as de tipo parental. Muito possivelmente ele teria irmãos, um ou outro tio, primos, além de, por vezes, avós que poderiam viver dentro e fora de seu plantel (GÓES e FLORENTINO, 2006, p. 181).

Entre os motivos, que separavam as crianças de seus pais, os escritores mencionam fugas, alforrias, vendas, partilha de bens e doações. No mesmo texto, encontramos indícios da entrada das crianças no mundo do trabalho.

Por volta dos 12 anos, o adestramento que as tornava adultos estava se concluindo. Nesta idade, os meninos e as meninas começavam a trazer a profissão por sobrenome: Chico Roça, João Pastor, Ana Mucama. Alguns haviam começado muito cedo. O pequeno Gastão, por exemplo, aos quatro anos já desempenhava tarefas domésticas tidas leves nas fazendas de José de Araújo Rangel. Gastão nem bem se pusera de pé e já tinha um senhor (GÓES e FLORENTINO, 2006, p. 184).

Venâncio segue na mesma linha, acrescentando novos contornos, entre eles alguns indícios sobre o processo de escolarização de crianças negras:

Em 1871, a Lei do Ventre Livre ampliou a assistência aos bebês nascidos no cativeiro e cujos senhores das mães os maltratam, infligindo-lhes castigos excessivos. Uma vez confirmados os maus-tratos, os filhos das escravas deviam ser enviados à “Casa dos Expostos” e a pessoas a quem os Juizes de Órfãos encarregarem a educação dos ditos menores, na falta de associações ou estabelecimentos para tal fim (VENÂNCIO, 1999, p. 35).

Essa era uma das maneiras pelas quais se iniciava o processo de tutela, que também ocorria por motivo do falecimento do pai. Quando ocorria o abandono cabia ao Juiz de Órfãos a guarda da criança, o que permitia que famílias de comerciantes, médicos, militares a adotassem.

O tutor recebia uma quantia da família e deveria prestar contas à justiça. A tutela também poderia ser removida, devido a castigos físicos impetrados ao menor. Entre os documentos anexados na prestação de contas, encontramos em alguns casos, os gastos com educação. No pedido de tutela, não há uma prestação de serviços do menor de forma explícita, mas encontramos indícios de sua ocorrência. Quando o mesmo crescia, ingressava no mundo do trabalho prematuramente, por meio do pedido de soldada.

Rizzini também voltou seus olhos para a precoce presença de crianças no mundo do trabalho, denunciando a antiguidade dos pedidos de soldada.

Essa é uma prática antiga no Brasil. Nos processos de Juízo de Órfãos, no início do século, e do Juízo de Menores, a partir da década de 1920, era comum meninas serem tiradas dos asilos, onde a família se responsabilizava em vestir, alimentar e educar a criança em troca de seu trabalho, depositando uma pequena soma em caderneta de poupança em seu nome (RIZZINI, 2006, p. 384).

O pedido de soldada previa a educação. O processo de soldada é um documento judicial criado para regularizar a prestação de serviço do menor, e nele constam o nome do menor, a filiação, o nome de quem solicitava o serviço, o valor pago pelo serviço, a forma de pagamento e onde ele deveria depositar a quantia, geralmente em um banco. O documento citado anteriormente expressa todas as características enumeradas por nós.

As fontes documentais trazem à baila a precocidade do trabalho infantil das crianças negras. Vejamos uma parte do processo de soldada, na qual Caetano apresenta suas intenções:

Diz Caetano da Rosa Martins, fazendeiro, residente neste município, que deseja tomar em serviço os menores João, Manoel e Jovita, o primeiro de 15, o segundo de 13, e o terceiro de 10 anos de idade, filhos naturais da liberta Maria Theresa, a qual não tem bons costumes. O suplicante se propõe a pagar de soldada durante o prazo de cinco anos, pelos serviços do primeiro 5\$000, pelos serviços do segundo 3\$000, pelos serviços do terceiro 2\$000, mensalmente, obrigando-se a educá-los, alimentá-los e vesti-los e recolher a importância de seus salários à caderneta da Caixa Econômica Estadual em prestações trimestraes. O suplicante que pede contratar o serviço desses menores, independentemente da intervenção de tutor, por isso que tal forma é a que mais se coaduna com a Ord. Lei 1º V 88s13, tanto assim que autuam no formulário ao seo “Roteiro dos Orfãos” não faz figurar no termo de locação de serviços senão o juiz e a parte, que se propõe a tomar o menor ou orfão a soldada nestes termos. Pede deferimento, lavrando-se o competente termo. Vassouras, 8 de março de 1895. Caetano da Rosa Martins².

O fazendeiro Caetano Martins alega que ele as educará melhor do que a própria mãe, que segundo ele, ela não tem bons costumes. Ele pretende tomar à soldada as três crianças sem o estabelecimento do tutor, eliminando intermediários e negociando direto com o próprio Juiz de Órfãos, usando as brechas da legislação. Ele promete também depositar trimestralmente a quantia estipulada na petição, na Caixa Economia Estadual. Vejamos o despacho do Juiz sobre o pedido:

Proverá Deus que sempre se achem quem como o Suplicante se prestasse a tomar a soldada os inúmeros menores, que maltrapilhos, se vê vagar; por isso sou de parecer que seja deferida a petição sobre que foi ouvido. Vassouras, 8 de março de 1893. J. A Figueira³.

Chalhoub destaca a importância da educação como um fator importante na formação da classe trabalhadora, pois inculcia nas mentes dos novos cidadãos o valor civilizatório do trabalho.

² CDH da USS. Pedido de Soldada. Código 102663863006.

³ CDH da USS. Pedido de Soldada. Código 102663863006.

Educar significa inculcar no indivíduo “essas grandes qualidades que tornam um cidadão útil e o fazem compreender os seus deveres e os seus direitos”. Ora, que grandes qualidades são essas que fazem de um indivíduo um cidadão “útil” de “caráter”? O amor e o respeito religioso à propriedade são, sem dúvida, qualidades fundamentais do bom cidadão. [...]. Educar o liberto significa transmitir-lhe a noção de que o trabalho é o valor supremo da vida em sociedade; o trabalho é o elemento característico da vida “civilizada” (CHALHOUB, 2001, p. 69).

Gondra e Schueler discutem os nexos estreitos entre a participação dos negros no mundo do trabalho e o silêncio das fontes, sobre a presença de crianças negras nos bancos escolares. Ouçamos o que dizem os autores:

Em uma sociedade em que o tempo da infância era ainda impreciso, fluido – e também plural e variável conforme a clivagem dos grupos sociais e das condições de classe, etnia e gênero –, a vivência das experiências de cuidado, brincadeiras e folguedos infantis tendiam a terminar cedo, sobretudo para as crianças escravas, mas também para as livres e pobres, que ingressavam na aprendizagem dos ofícios e na execução de tarefas variadas [...]. Para o ingresso no mundo do trabalho, as crianças escravas normalmente eram ensinadas pelos mais velhos, escravos e escravas, ou por pessoas livres, empregados e feitores de seus senhores. Poderiam ser também enviadas a aprender um ofício junto a um mestre em lojas e oficina (GONDRA e SCHUELER, 2008, p. 225).

Veiga, em seu texto *Cultura escrita e educação; representações de criança e imaginário de infância – Brasil, século XIX*, nos ajuda a compreender a relação existente entre trabalho infantil, pobreza e processo de escolarização. A autora apresenta a escola como unidade civilizatória, ressaltando a obrigatoriedade dos responsáveis com a educação de seus filhos. A autora também indicou a presença dos pedidos de soldada e tutela na sociedade mineira por ela analisada.

[...] Em ambos os casos e principalmente na ausência de bens, a partir dos 7 anos, os órfãos pobres poderiam ser dados por soldada. Isso significa que aqueles que os criaram, até mesmo as mães, comprometiam-se a mantê-los (moradia, mantimentos, vestimenta, ensinar a ler e escrever ou algum ofício) em troca dos serviços prestados dos 7 aos 12 anos (VEIGA, 2007, p. 48).

Levantamos como hipótese que tomar um menor a soldada era uma tentativa de dar continuidade às relações de trabalho firmadas pelos pais. Também defendemos que os historiadores da educação têm procurado nos arquivos os negros como agentes e sujeitos históricos na educação, quando em sua maioria, não estão nela, eles aprenderam na prática determinados ofícios.

Os estudos realizados por Rizzini também apontam nessa direção. Ouçamos a autora:

E o adolescente? Estudos com adolescentes de baixa renda revelam a valorização da aprendizagem pelo trabalho em detrimento da aprendizagem escolar. (...) O trabalho era uma aspiração mais concreta e imediata: completar a escolaridade era algo mais distante e difícil, pois todos apresentavam grande atraso escolar. Os depoimentos dos jo-

vens mostram como o trabalho tem uma presença forte em suas vidas (RIZZINI, 2006, p. 390).

Elegemos como segunda hipótese do nosso projeto de pesquisa que a precoce entrada das crianças negras no mundo trabalho é um dos elementos que explicam a ausência das mesmas na escola. Encontramos apoio para tal afirmação nos estudos de Veiga: “Um aspecto importante relaciona-se à pobreza das populações do trabalho infantil. No caso da província de Minas Gerais, estes foram os principais fatores da infrequência ou frequência irregular a escola” (VEIGA, 2007, p. 44).

Embora a frequência das crianças negras fosse irregular, em algum momento elas passaram pela escola. Essa passagem é o que pretendemos conhecer, seguindo as pistas deixadas por elas nos arquivos escolares. Tencionamos quantificar esses alunos, revelando a sua faixa etária, os seus laços familiares formados em meio à crise da produção de café, que pode ter proporcionado novos arranjos familiares, devido à ausência do pai que migrou em busca de trabalho em outra região.

Acreditamos que a nossa contribuição é aprofundar a discussão sobre a educação dos negros e a sua introdução no mundo do trabalho por meio da aprendizagem de um ofício e da prestação de serviços. Tencionamos estabelecer uma correlação entre dificuldade de acesso à escola dos negros e a entrada de crianças negras no mundo do trabalho. Salientamos que esse processo tem raízes históricas e pretendemos conhecê-las.

Considerações finais

O processo de escolarização das crianças negras é um tema desafiador, por sua abrangência, permitindo diferentes cortes cronológicos. A discussão sobre a ausência de escolarização dos afrodescendentes atualmente voltou à cena política. Não podemos reduzir o debate sobre a cidadania e os direitos civis à quantidade de vagas nos cursos de Ensino Superior. Precisamos pensar um projeto de nação que inclua aqueles que, fora da escola, engrossam o mercado informal de trabalho.

Não defendo indenização ou reparação, pois não vejo os negros como vítimas. Ao contrário, precisamos defender uma educação de qualidade para aqueles que possuem apenas uma escola, que não ensina nem a ler, nem a escrever, nem a contar. Se formos falar nos analfabetos funcionais, escreveremos um novo texto, e entre a sua grande maioria, encontraremos os negros.

A escola é um dos instrumentos que opera a distinção entre os cidadãos. Contudo, percebemos que em nossa sociedade, negros e brancos com a mesma escolaridade não possuem as mesmas oportunidades no mercado de trabalho. Diante das contradições expostas, como prosseguir combatendo o preconceito em sua face mais cruel voltada contra as crianças negras?

Referências bibliográficas

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no rio de Janeiro da belle époque*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2001.

FARIA FILHO, Luciano Mendes e VIDAL, Diana Gonçalves. *As lentes da história: estudos de história e historiografia da educação no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2005.

FONSECA, Marcus Vinícius. *A educação dos negros: uma nova face do processo de abolição da escravidão no Brasil*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

FLORENTINO, Manolo. *Em costas Negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

_____ e GÓES, José Roberto. "Crianças escravas crianças dos escravos", in: PRIORE, Mary del (org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2006.

GONDRA, José Gonçalves e SCHUELER, Alessandra. *Educação, poder e sociedade no império brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2008.

MACHADO, Lielza Lemos. *Vassouras: recanto histórico do Brasil*. 3 ed. Vassouras: Gráfica Palmeiras, 2006.

MONTEIRO, Ângelo Ferreira. *Redes de Sociabilidade em Vassouras no século XIX: o caso Benatar*. Vassouras: Editora Autor, 2006.

RIZZINI, Irma. "Pequenos trabalhadores do Brasil", in: PRIORE, Mary del (org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2006.

SAVIANI, Demerval. *História da idéias pedagógicas no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2007.

STEIN, Stanley. *Vassouras: um município brasileiro do café, 1850-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

SILVA, Adriana Maria Paulo da. *Aprender com perfeição e sem coação: uma escola para meninos pretos e pardos na corte*. Brasília. Editora Plano, 2000.

VEIGA, Cynthia Greive. "Cultura escrita: representações da criança e o imaginário de infância. Brasil, século XIX", in: LOPES, Alberto, FARIA FILHO, Luciano Mendes de e FERNANDES, Rogério (org.). *Para a compreensão histórica da infância*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

VENANCIO, Renato Pinto. *Famílias abandonadas: assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador - século XVII e XIX*. Campinas: Papirus, 1999.